



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AUTORIZAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO Nº: 02/2019-GABIN	Processo nº 02070.011626/2017-08
<p>O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, seguindo os trâmites da Instrução Normativa ICMBio nº 07/2014, e uma vez atendidas as limitações ou restrições abaixo listadas, AUTORIZA o licenciamento ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural, no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Pré-Sal Etapa 3 no que diz respeito aos impactos ambientais sobre as unidades de conservação afetadas.</p>	
<p>Unidade de Conservação afetadas e atos de criação: APA da Bacia do Rio São João-Mico-Leão-Dourado - Decreto s/nº, de 27 de junho 2002; APA de Cairuçu - Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983; APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe - Decreto nº 90.347, de 23 de outubro de 1984; APA de Guapi-mirim - Decreto nº 90.225, de 25 de setembro de 1984; APA da Região Serrana de Petrópolis - Decreto nº 87.561, de 13 de setembro de 1982; ARIE Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena - Decreto nº 91.887, de 05 de novembro de 1985; ESEC Guanabara - Decreto nº 10.775, de 15 de fevereiro de 2006; ESEC Tamoios - Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990; RVS do Arquipélago de Alcatrazes - Decreto s/nº, de 02 de agosto de 2016; ESEC Tupinambás - Decreto nº 94.656, de 20 de julho de 1987; ESEC Tupiniquins - Decreto nº 92.964, de 21 de julho de 1986; MONA Arquipélago das Ilhas Cagarras - Lei nº 12.229, de 13 de abril de 2010; PARNA da Serra da Bocaina - Decreto nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971; Parna Serra dos Órgãos - Decreto nº 1.822, de 30 de novembro de 1939, Parna da Tijuca - Decreto nº 50.923, de 6 de julho de 1961; Parna do Superagui - Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989; Parna Restinga de Jurubatiba - Decreto s/nº, de 29 de abril de 1998; Rebio União - Decreto s/nº, de 22 de abril de 1998; Rebio Tinguá - Decreto nº 97.780, de 23 de maio de 1989; Rebio Poço das Antas - Decreto nº 73.791, de 11 de março de 1974, Resex Mandira - Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2002; RESEX Arraial do Cabo - Decreto s/nº, de 03 de janeiro de 1997; RPPN Sítio Sumidouro e Sítio Peito de Pomba - Portaria nº 156, de 19 de novembro de 1998; RPPN Fazenda Barra do Sana - Portaria nº 65, de 28 de julho de 1999; RPPN Mato Grosso - Portaria nº 72, de 23 de maio de 2001; RPPN Querência - Portaria nº 05, de 1 de fevereiro de 1999; RPPN El Nagual - Portaria nº 88, de 15 de outubro de 1999; RPPN Reserva Ecológica Metodista Ana Gonzaga - Portaria nº 44, de 13 de maio de 1999; RPPN Sítio Granja São Jorge - Portaria nº 91, de 15 de outubro de 1999; RPPN Céu do Mar - Portaria nº 102, de 30 de setembro de 1994; RPPN Gleba O Saquinho de Itapirapuá - Portaria nº 03, de 20 de janeiro de 1998; RPPN Fazenda do Tanguá - Portaria nº 72, de 9 de setembro de 2008, RPPN Morro do Curussu Mirim - Portaria nº 87, de 15 de outubro de 1999; RPPN Sítio do Jacú - Portaria nº 52, de abril de 2001; RPPN Rizzieri - Portaria nº 05, de 6 de fevereiro de 2003 e RPPN Toque Toque Pequeno - Portaria nº 09, de 18 de fevereiro de 2000.</p>	
<p>Empreendimento/Atividade: Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural, no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Pré-Sal Etapa 3.</p>	
<p>Órgão Licenciador: IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.</p>	
<p>Empreendedor: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – Petrobrás /Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Santos (UO-BS)</p>	<p>CNPJ: 33.000.167/0895-01</p>

1. Condições Gerais:

1.1. Esta Autorização não dispensa outras Autorizações e Licenças Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, porventura exigíveis no processo de licenciamento.

1.2. Mediante decisão motivada, o Instituto Chico Mendes poderá alterar as condições, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta Autorização, caso ocorra:

- a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente Autorização;
- c) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível ao pedido de Autorização; e
- d) O superveniente conhecimento, por parte do ICMBio, de decisão judicial válida impeditiva da presente Autorização.

1.3. O Instituto Chico Mendes deverá ser imediatamente comunicado em caso de ocorrência de acidentes que possam afetar as unidades de conservação afetadas.

1.4. Encaminhar ao Instituto Chico Mendes todas as licenças ambientais para o empreendimento assim que forem emitidas, em até 30 dias após a sua emissão, devendo o empreendedor informar este Instituto o início da atividade com antecedência de até cinco dias úteis.

1.5. Qualquer alteração no projeto deverá ser alvo de nova análise e autorização.

1.6. O não cumprimento das disposições deste documento poderá acarretar seu cancelamento, estando ainda o solicitante sujeito às penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.

2. Condições Específicas:

2.1. Apresentar, em até 90 dias após a emissão da Licença Prévia, o "Programa de Conservação de Espécies Ameaçadas da Biota da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara na Baía de Guanabara", devendo ser implementado no prazo máximo de 180 dias após sua aprovação.

2.2. Apresentar "Relatório Anual de destino de Efluentes e Resíduos perigosos oriundos do PPBS que sejam transportados através da malha viária no entorno da Baía de Guanabara", no âmbito do "Projeto de Controle da Poluição", com data estabelecida a partir do início da implementação do Projeto.

2.3. As rotas de navegação das embarcações de apoio relacionadas ao empreendimento deverão respeitar um limite mínimo de 1,5 quilômetro das ilhas que compõem o Monumento Natural (MONA) do Arquipélago das Ilhas Cagarras.

2.4. Apresentar, em até 45 dias após a emissão da Licença Prévia, o Programa de Monitoramento das Aves Marinhas do MONA Cagarras, devendo ser implementado em um prazo máximo de 180 dias, após sua aprovação.

2.4.1. O programa deverá relacionar os parâmetros ecológicos e comportamentais deste grupo com variáveis de intensidade do tráfego de embarcações e aeronaves cujas rotas estejam situadas a um raio de dois quilômetros da unidade de conservação, bem como a intensidade de ruídos submarinos, com dados obtidos do Projeto de Monitoramento da Paisagem Acústica da Bacia de Santos (PMPAS).

2.5. Incluir no Projeto de Controle e Prevenção de Espécies Exóticas Invasoras – PCPEX, medidas de mitigação e controle do coral-sol no MONA Cagarras, em consonância com a Portaria nº3.642, de 10/12/2018, bem como de detecção precoce de outras espécies marinhas invasoras nesta unidade de conservação.

2.5.1. Apresentar o projeto detalhado em até 60 dias após a emissão da Licença Prévia, devendo ser implementado em um prazo máximo de 180 dias, após aprovado.

2.5.2. Encaminhar relatórios semestrais de acompanhamento do projeto para ciência e monitoramento.

2.6. Disponibilizar ao ICMBio, em até 30 dias após a emissão da Licença Prévia, os relatórios já existentes do Programa de Monitoramento de Cetáceos- PMC-BS, bem como os que venham a ser elaborados.

2.6.1. Os relatórios deverão conter as coordenadas geográficas (em graus decimais) das avistagens de espécies de cetáceos no polígono compreendido entre o Pontão do Leblon – Laje Banco do Brasil – Ilhas Redonda e Rasa – Ponta de Itaipu – Ilhas do Pai, Mãe e Menina – Ponta de Jurujuba e Flamengo (entrada da Baía de Guanabara), conforme coordenadas abaixo:

Pontão do Leblon	22°59'44.23"S	43°13'50.21"W
Laje Banco do Brasil	23°4'59.63"S	43°12'32.58"W
	23°4'47.76"S	43°2'51.00"W
Ponta do Itaipu	22°58'56.65"S	43°3'6.65"W
Ponta de Jurujuba	22°55'26.01"S	43°7'26.21"W
Praia do Flamengo	22°55'22.73"S	43°10'10.71"W

2.7. Apresentar semestralmente os relatórios do Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações contendo mapas em escala de 1:10.000 e apontando claramente o quantitativo de embarcações do empreendimento como um todo (Pré-Sal Bacia de Santos) adentrando a Baía da Guanabara.

- 2.8. Acrescentar no Projeto de Monitoramento da Paisagem Acústica da Bacia de Santos (PMPAS), em até 90 dias após a emissão da Licença Prévia, um ponto de monitoramento no local mais próximo dos limites do MONA Cagaras, da rota de navegação dos barcos de apoio do empreendimento.
- 2.9. Apresentar relatórios anuais dos Programas e Projetos de Monitoramento:
- 2.9.1. Programa de Monitoramento das Aves Marinhas do MONA Cagaras;
 - 2.9.2. Programa de Monitoramento de Cetáceos- PMC-B;
 - 2.9.3. Projeto de Monitoramento e Controle de Espécies Exóticas Invasoras;
 - 2.9.4. Projeto de Monitoramento da Paisagem Acústica da Bacia de Santos (PMPAS).
- 2.10. Apresentar semestralmente os relatórios do Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações de apoio contendo mapas em escala de 1:10.000 demonstrando o quantitativo de embarcações de apoio relacionadas as ações do Pré-Sal que passam na Estação Ecológica (ESEC) Tamoios (canal de navegação) em direção ao TEBIG -Transpetro Angra dos Reis.
- 2.11. Apresentar em até seis meses após a emissão da Licença Prévia, proposta para o “Diagnóstico fundiário e cartorial de ocupantes nos territórios tradicionais abrangidos por Zona Populacional Caiçara e Zona Populacional Caiçara e Residencial da APA de Caiçu”, devendo ser iniciado o estudo em até seis meses após a emissão da Licença de Instalação.
- 2.12. Apresentar em até seis meses após a emissão da Licença Prévia, proposta para o “Diagnóstico fundiário e cartorial de ocupantes nos territórios tradicionais abrangidos pelo Parque Nacional (PARNA) Superagui”, devendo ser iniciado o estudo em até seis meses após a emissão da Licença de Instalação.
- 2.12.1. Apresentar semestralmente os relatórios dos estudos do Diagnóstico solicitado, até a sua conclusão.
- 2.13. Apresentar, em até 60 dias após a emissão da Licença Prévia, projeto específico para as aves marinhas no Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Alcatrazes e na Estação Ecológica Tupinambás, no âmbito do PCR-BS, contemplando pelo menos dois censos anuais, por cinco anos, no mínimo, bem como a avaliação de mudanças quantitativas e espaciais na avifauna marinha, utilizando a fragata (*Fregata magnificens*) como indicador, conforme metodologia prevista no Processo SEI nº 02126.001951/2018-42.
- 2.14. Apresentar antes da emissão da primeira Licença de Instalação, ações de atendimento a emergência de vazamento de óleo que assegurem especificamente a proteção e prevenção de impactos sobre todas as unidades de conservação federais identificadas na área de influência do empreendimento, devendo ser incorporadas ao PEVO-BS.
- 2.15. Apresentar relatório anual georreferenciado das rotas dos navios aliviadores na área de influência do empreendimento.

Brasília - DF, 21 de janeiro de 2019

ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD

Presidente

1ª Via: Órgão Licenciador, 2ª Via: Processo Administrativo, 3ª Via: Sede do ICMBio



Documento assinado eletronicamente por **Adalberto Sigismundo Eberhard, Presidente**, em 25/01/2019, às 18:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **4456687** e o código CRC **7E634509**.

